Formação do Professor de Matemática no Brasil: Tensões e Conquistas

Autor(res)

Juliano Schimiguel
Ricardo Fernando De Souza

Categoria do Trabalho

Pesquisa

Instituição

UNISA - UNIVERSIDADE SANTO AMARO

Introdução

A formação inicial docente, especialmente em Matemática, é regida por marcos legais a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº
9.394/1996 (LDB/96). Com o avanço das discussões sobre a qualidade da formação, surgem documentos como a Resolução CNE/CP nº 2/2015, que trata
da segunda licenciatura e formação continuada, e a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação de Professores
(BNC-Formação). Essas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), derivadas da LDB/96, reconhecem a necessidade de articular conhecimentos científicos, didáticos e pedagógicos, e destacam a complexidade da docência. Este estudo, decorrente de pesquisa de estágio pós-doutoramento, analisa essas normativas e suas implicações na estrutura curricular da Licenciatura em Matemática, defendendo uma formação coerente, crítica e situada.

Objetivo

Apresentar um recorte do artigo intitulado “A Formação do Professor de Matemática no Brasil: Avanços, Desafios e Conflitos entre Teoria e Prática”, apresentado no Congresso Brasileiro Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia (CoBICET). Buscou-se analisar marcos legais da formação inicial docente, em sintonia com os desafios da prática na Educação Básica.

Material e Métodos

O estudo, de abordagem qualitativa, se deu por meio do levantamento bibliográfico, reunindo publicações para posterior análise descritiva (Galvão, 2010). Fundamentou-se em revisão bibliográfica que, segundo Vosgerau e Romanowski (2014, apud Alves-Mazzotti, 2002), possui dois propósitos: contextualizar o problema de pesquisa e subsidiar o constructo do referencial teórico. Contou, igualmente, com a análise de políticas educacionais que discutem o processo formativo na Licenciatura em Matemática.

Resultados e Discussão

Análise revelou que, apesar dos avanços legais, alguns cursos de Licenciatura em Matemática, mantém a implementação do modelo 3+1, separando conteúdos matemáticos da formação pedagógica (Gatti, 2010). Isso

compromete a construção de um saber docente integrado e crítico. A legislação analisada (como a LDB/96 e a BNC-Formação nº 2/2019) reforça a complexidade da docência, mas não assegura, a articulação entre teoria e prática. Autores como
Gatti (2010), Fiorentini e Oliveira (2013) e Bianchini e colaboradores (2019) apontam que essa cisão compromete a formação docente e o alinhamento com a realidade da educação básica. A pesquisa destaca ainda duas vertentes: o teórico acadêmico e o pedagógico — sem diálogo efetivo, dificultando a ressignificação das práticas de ensino e aprendizagem. As contradições constatadas evidenciam os limites da legislação frente às exigências situadas relativas à docência em Matemática.

Conclusão

Os avanços legais contribuíram expressivamente para regulamentar a profissão docente e os resultados analisados, indicam a necessidade de repensar a organização curricular da Licenciatura em Matemática. O artigo, apresentado no CoBICET 2025, aponta a urgência de integrar teoria e prática, formação crítica,
situada e ética. Souza (2023) defende o rompimento da dicotomia entre saberes pedagógicos e específicos, compreendendo o professor como sujeito ativo na
transformação social.

Referências

BRASIL. Presidente da República. Decreto-Lei nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de
Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). Brasília, 2019.

FIORENTINI, Dario; OLIVEIRA, Ana Teresa de Carvalho Correa de. O lugar das matemáticas na Licenciatura em Matemática: que matemáticas e que práticas formativas?. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 27, p. 917-938, 2013.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. Fundamentos de epidemiologia. 2ed. A, v. 398, p. 1-377, 2010

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, Dec. 2010.

SOUZA, Ricardo Fernando de. Um estudo sobre conhecimentos necessários ao futuro professor de Matemática para a exploração de noções de limite no
Ensino Médio. 214f. (Tese de doutorado em Educação Matemática). Universidade Anhanguera de São Paulo,

2023.

VOSGERAU, Dilmeire Sant Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ, p. 165
190, 2014.